



DOD nº 02/2021

DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DA DEMANDA

1. Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC, a ser contratada

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de comunicação de dados para a interligação redundante da Sede do Tribunal de Justiça Militar (TJM/RS) às auditorias regionais com tecnologia SD-WAN, incluindo serviço de conexão à Internet. O serviço engloba instalação e configuração de equipamentos e de enlaces de comunicação, gerenciamento proativo contra falhas, tratamento e mitigação transparente de ataques do tipo negação de serviço suporte e repasse de conhecimento.

2. Identificação da área requisitante

Unidade ou setor	Coordenadoria de TIC
Responsável	Juarez Bamberg da Silva
Integrante requisitante indicado	Dilnei Venturini

3. Necessidade e motivação da contratação

A presente contratação se justifica considerando o incremento do uso dos sistemas eletrônicos no âmbito do TJMRS, exigindo o pleno funcionamento dos serviços de TI para atendimento dos assistidos desta Instituição. Justifica-se também na necessidade de dar continuidade e promover a readequação dos serviços de comunicação com a rede mundial de computadores, entre as unidades do TJM-RS no interior do Estado e suas unidades em Porto Alegre, para manutenção da disponibilidade dos serviços de navegação de Internet bem como promover uma adequação na infraestrutura existente, inserindo um segundo link como contingência.

O TJMRS atualmente possui apenas um link de dados para comunicação com suas auditorias regionais distribuídas pelo Estado do Rio Grande do Sul. Em função disto, uma falha que venha a ocorrer neste meio de comunicação acaba por causar indisponibilidade no uso dos sistemas eletrônicos para prestação de atendimentos e ajuizamentos, afetando os serviços prestados aos assistidos.

Diante desta realidade, esta contratação visa incluir um meio adicional de comunicação de dados nos pontos de presença da Justiça Militar no Estado, possibilitando que em caso de falha no link de dados principal, a comunicação de dados ocorra pelo canal de contingência, resultando assim a prestação de um serviço de melhor qualidade à população. Além disso, haverá possibilidade de priorizar o tráfego de dados, trazendo uma melhor experiência aos



agentes da Instituição que trabalham nestas localidades, utilizem os sistemas com maior fluidez.

Esta aquisição está alinhada com as políticas institucionais de "Garantir a Disponibilidade de Sistemas Essenciais de TIC e Aperfeiçoar a Automação" e "Aperfeiçoar o Acesso à Justiça e Virtualização dos Feitos Judiciais", conforme o Planejamento Estratégico da Justiça Militar Estadual.

Adicionalmente, visa também atender regulamentação do Conselho Nacional de Justiça referente aos atos processuais e administrativos.

4. Motivação

- Permitir a alta disponibilidade na realização e transmissão de eventos no Plenário do Segundo Grau.
- Garantir a alta disponibilidade na realização das transmissões de sessões de julgamento no Plenário de Primeiro e Segundo Graus no sistema híbrido.
- Permitir a alta disponibilidade nas reuniões de magistrados e servidores com as Auditorias Militares, o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, outros tribunais, órgãos públicos, empresas contratadas e fornecedores.
- Identificar e conter ameaças cibernéticas promovendo a segurança da informação no ambiente corporativo, mitigando constantes ataques contra o ambiente digital.
- Garantir redundância no fluxo de comunicação das informações entre o prédio sede do TJMRS e suas Auditorias, permitindo serviço ininterrupto e evitando perda de dados.

5. Resultados a serem alcançados

- Redução da probabilidade de ocorrência de interrupções do fornecimento dos serviços de TIC, e conseqüentemente das atividades jurisdicionais e administrativas, mantendo-se as reuniões administrativas, dos magistrados e servidores, das reuniões com fornecedores e terceirizados de forma virtual e contemplando as sessões de julgamento das sessões do plenário de forma híbrida.
- Aumento da qualidade dos serviços de TIC;.
- Aumento da Segurança da Informação, com ênfase no atributo da disponibilidade, fundamental para a continuidade da prestação de serviços da JME.
- garantir a disponibilidade dos sistemas de acordo com suas criticidades nas demandas quotidianas da Justiça Castrense. Como exemplo, temos o caso das sessões de julgamento, audiências e reuniões realizadas pelo sistema Zoom;.
- Atendimento de regulamentação do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, referente ao aprimoramento da Segurança da Informação e ao nivelamento da infraestrutura de TIC (Resolução nº 370/2021).



6. Projetos relacionados

- Projeto de Videoconferência
- Projeto de Teletrabalho.
- Manutenção das sessões virtuais, agora de forma híbrida, nas atividades jurisdicionais.

7. Alinhamento Estratégico

A presente demanda de contratação está alinhada com as políticas institucionais de “Aperfeiçoar o Acesso à Justiça e Virtualização dos Feitos Judiciais”, “Garantir a Disponibilidade de Sistemas Essenciais de TIC e Aperfeiçoar a Automação” e “Garantir a Infraestrutura Tecnológica Necessária às Atividades Administrativas e Jurisdicionais”, conforme o Planejamento Estratégico da Justiça Militar Estadual.

Adicionalmente, este projeto também está alinhado à Resolução nº 370/2021, do Conselho Nacional de Justiça, que instituiu a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário, objetivamente nos objetivos estratégicos nº 7 - Aprimorar a Segurança da Informação e a Gestão de Dados, e nº 8 - Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas”.

Porto Alegre, 02 de julho de 2021.

Dilnei Venturini

Coordenador de TIC

JUAREZ BAMBERG DA SILVA

Servidor TIC-TJM/RS